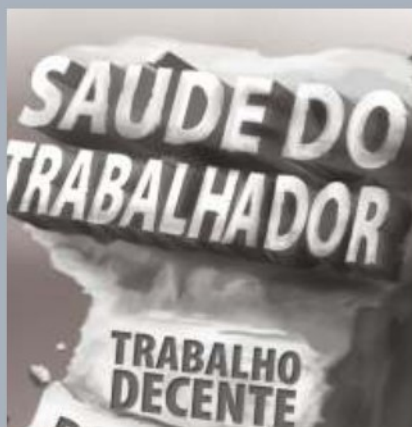


28 de abril



DIA MUNDIAL EM MEMÓRIA
ÀS VÍTIMAS DE ACIDENTES E
DOENÇAS DO TRABALHO



28 DE ABRIL - DIA MUNDIAL EM MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DE DOENÇAS E ACIDENTES DE TRABALHO

O 28 de Abril - Dia Mundial em Memória às Vítimas de Doenças e Acidentes de Trabalho surgiu no Canadá por iniciativa do movimento sindical, como um ato de denúncia e protesto contra as mortes, acidentes e doenças causadas pelo trabalho.

A data foi escolhida em razão de um acidente que matou 78 trabalhadores em uma mina no estado da Virgínia, nos Estados Unidos, em 1969, e se espalhou por diversos países. Em 2003, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) consagrou o 28 de Abril como dia para reflexão e manifestação dos trabalhadores e trabalhadoras sobre a segurança e saúde no trabalho.

Importante ressaltar que no Brasil, os acidentes, as doenças e as mortes nos locais de trabalho são resultado do modelo de desenvolvimento econômico perverso e concentrador de riquezas que prevalece em nosso país, que visa apenas altos lucros e despreza políticas de proteção e promoção da saúde e de prevenção de riscos, ignora os índices de adoecimentos e agravos e a proteção ao meio ambiente, e ataca os direitos sociais e a Agenda Nacional do Trabalho Decente.



A VIOLÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO – O RETRATO DO BRASIL

Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde demonstra que no Brasil, só em 2013, foram registrados mais de 4,9 milhões de acidentes de trabalho. Porém, os dados oficiais divulgados pelo Ministério da

Previdência Social são subnotificados e apontam apenas 700 mil acidentes/ano, em média, número bem abaixo da realidade, diferentemente da PNS.

Os dados oficiais não contemplam o conjunto dos trabalhadores, visto que não consideram os acidentes e mortes de trabalhadores terceirizados. Já os dados de Acidentes/Ano divulgados pela PNS revelam a necessidade de investimentos na ampliação da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador (RENAST) e em Políticas Públicas efetivas de Vigilância em Saúde, prevenção, proteção, promoção, assistência e recuperação da saúde, justamente devido ao alto índice de agravos, adoecimentos e acidentes relacionados ao trabalho.

Os desafios são inúmeros. O momento atual requer resistência, luta e unidade do movimento sindical e da sociedade, para impedir a total retirada de direitos que o atual governo quer impor. As reformas da Previdência e Trabalhista, a Terceirização sem limites e o desmonte do SUS afrontam os direitos humanos, a dignidade, a saúde e a vida dos trabalhadores e trabalhadoras e não podemos permitir isso.

Para o enfrentamento desses desafios é imprescindível a liberdade sindical nos locais de trabalho, visando o fortalecimento da organização dos trabalhadores, para que os sindicatos possam realizar negociações coletivas que garantam efetivas melhorias das condições de trabalho e proteção contra acidentes, doenças e morte no trabalho.



SAÚDE SOB AMEAÇA

A classe trabalhadora brasileira vive um dos momentos mais cruéis de sua história. Direitos conquistados ao longo de vários anos estão em risco, ameaçados pelo atual governo: Michel Temer e seus aliados.

Logo após assumir a Presidência da República, Temer inicia um processo de ataques contra os trabalhadores, apresentando ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional nº 55

(atual EC 95), que congela por 20 anos os investimentos em serviços públicos básicos, como Educação e Saúde.

No caso da Saúde, esta medida resulta em consequências irreparáveis para o SUS (Sistema Único de Saúde). Avanços nas áreas de proteção, promoção, assistência médica e recuperação da saúde retrocedem de forma acelerada, na medida em que importantes políticas públicas, construídas coletivamente e implementadas com muita luta e diálogo, são destruídas num piscar de olhos.

TEMER QUER ACABAR COM APOSENTADORIA E COM A CLT

As reformas Trabalhista e da Previdência que Temer e seus aliados querem impor seguem no mesmo sentido, da destruição de direitos da classe trabalhadora.

A reforma da Previdência caminha na lógica da privatização, contrariando os princípios e objetivos da Seguridade Social. A reforma beneficia diretamente o sistema financeiro ao dificultar o acesso à aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, especialmente, daqueles que trabalham em ambientes insalubres, penosos e perigosos e de categorias especiais.

Só para se ter uma ideia, o atual governo propõe que homens e mulheres se aposentem com a idade mínima de 65 anos e contribuam com a Previdência por 49 anos, se quiserem alcançar aposentadoria integral. Isso significa que milhões de trabalhadores não conseguirão se aposentar, porque morrerão antes disso.

Paralelamente à reforma da Previdência, o governo Temer impõe a reforma Trabalhista, aprovando brutalmente a regulamentação da Terceirização sem limites. Com o argumento falacioso de “modernizar as relações de trabalho e gerar empregos”, esse governo busca precarizar ainda mais as relações de trabalho, aumentando os elevados lucros dos patrões e, assim, atender aos interesses do capital industrial/agrário/financeiro com quem o atual governo está comprometido.

Esse conjunto de medidas do governo Temer afeta gravemente toda a classe trabalhadora, não garante aumento da empregabilidade e distribuição de renda, e pior, a Reforma Trabalhista aumentará os acidentes, doenças e mortes no trabalho.



TERCEIRIZAÇÃO ILIMITADA =

FIM DOS DIREITOS =

PRECARIZAÇÃO = AUMENTO

DAS DOENÇAS E ACIDENTES

DE TRABALHO

A reforma Trabalhista tem como meta estabelecer a prevalência do negociado sobre o legislado – ou seja – o que o patrão combinar com o empregado é o que passa a valer e não mais o que está na lei. A reforma trabalhista anula as leis do trabalho (CLT), significando menos registro em carteira, aumento da terceirização e do trabalho temporário, jornada de trabalho mais longa e sem horas extras e o fim de outros direitos garantidos por lei, desconsiderando direitos fundamentais previstos nas convenções da Organização Internacional do Trabalho, Declaração dos Direitos Humanos e direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

É inaceitável que determinadas atividades estejam enquadradas em parâmetros ditados pela reforma trabalhista e a terceirização.

Ao contrário do que propõe o governo Temer, devem ter uma jornada menor os trabalhadores e trabalhadoras expostos aos ambientes de trabalho insalubres, penosos e perigosos, sendo respeitados os limites de tolerância aos diversos fatores de risco - físicos, químicos, biológicos e ergonômicos -, bem como o cuidado com a saúde do trabalhador nos processos de trabalho que exigem movimentos de repetição, monotonia, concentração, intensidade e intensificação.

Não basta dizer “...que é vedado alterações por meio de convenção ou acordo coletivo de norma de segurança e de medicina do trabalho ou em legislação que disponha sobre o direito de terceiro...”, sendo que a reforma trabalhista e a terceirização ilimitada são a porta aberta para a flexibilização de direitos e precarização das relações de trabalho e impactam diretamente sobre a saúde e a integridade física dos trabalhadores e trabalhadoras.

Não vamos permitir que nossos direitos sejam destruídos!

SAÚDE NÃO SE NEGOCIA! NENHUM DIREITO A MENOS!

T MAX PROPAGANDA

Fórum Nacional das
Centrais Sindicais em
Saúde do Trabalhador
e Trabalhadora!

Pesquisa Internet:
[https://agencia.fiocruz.br/pesquisadores-debatem-
condi%C3%A7%C3%B5es-de-trabalho-no-brasil;](https://agencia.fiocruz.br/pesquisadores-debatem-condi%C3%A7%C3%B5es-de-trabalho-no-brasil;)

A REFORMA TRABALHISTA AUMENTARÁ ACIDENTES, DOENÇAS E MORTES NO TRABALHO

RESISTA

PARTICIPE DA GREVE GERAL!



www.ctb.org.br



www.cut.org.br



www.fsindical.org.br



www.ncst.org.br



www.ugt.org.br



www.dieese.org.br



www.diesat.org.br